

Motta sobre anistia do 8/01: discussão “com calma”

Presidente da Câmara sofre pressão para pautar o projeto

Por Gabriela Gallo

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que a discussão acerca da anistia aos presos dos atos será realizada “com a serenidade que ele merece”. A declaração ocorreu nesta segunda-feira (7), durante participação do parlamentar no evento da Associação Comercial de São Paulo (ACSP). Porém, como já manifestou anteriormente, ele também acredita que as penas determinadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) aos presos é exagerada.

“Eu defendo dois pontos. Primeiro, a sensibilidade para corrigir algum exagero que vem acontecendo com relação a quem não merece receber uma punição. Acho que essa sensibilidade é necessária, toca a todos nós. E [também defendo] a responsabilidade de poder, na solução desse problema, que é sensível e é justo, para nós não aumentarmos uma crise institucional que nós estamos vivendo”, disse Hugo Motta durante o evento. Ele ainda reforçou que o tópico não será resolvido com um aumento de crise e distanciamento das instituições.

“Brasil maior que isso”

Motta ainda reiterou que a anistia não é a única pauta relevante do país. “O Brasil é muito maior do que isso. Nós temos inúmeros desafios. Então, nós não vamos jamais ficar restritos a um só tema. Vamos levar sempre essa decisão para o colegiado. Vamos conversar com o Senado Federal, que faz parte dessa solução também, e poder conversar com o próprio Poder Judiciário, com o Poder Executivo, para que uma solução de pacificação possa ser dada”, destacou.

O presidente da Câmara vem sendo pressionado pela



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Motta não demonstra pressa em pautar a anistia

oposição ao governo federal para se posicionar favorável quanto ao tema. Neste domingo (6), durante o ato convocado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e aliados em favor da anistia, o pastor Silas Malafaia, coordenador do evento, pressionou Motta mais uma vez, alegando que ele era a “vergonha da Paraíba” e realizando duras críticas ao parlamentar.

Nos bastidores, aliados do presidente da Câmara e de lideranças do Centrão avaliam que os ataques contra Motta durante a manifestação na Avenida Paulista não foram uma boa estratégia e podem gerar o efeito reverso, repelindo parlamentares do Centrão, mesmo aqueles que também são contra a dosimetria das penas aplicadas aos réus. Em suas redes sociais, o líder do PT na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias (RJ), disse que os ataques a Motta foram “um tiro no pé” por parte da oposição, já que, para o deputado, a Câmara se render à pressão da oposição seria “se render a uma política de intimidação grosseira”.

Estava previsto para o líder da bancada do PL na Câmara,

Sóstenes Cavalcante (RJ), divulgar nesta segunda-feira a lista dos nomes dos parlamentares que aderiram formalmente à anistia dos presos de 8 janeiro. A medida visava pressionar parlamentares que ainda não tinham se posicionado. Contudo, por meio de suas redes sociais nesta segunda, o líder do PL disse que, atendendo a um pedido de Jair Bolsonaro, a sigla irá “estrategicamente, adiar a publicação dos nomes dos parlamentares que assinaram e dos que ainda estão indecisos”.

Pesquisa

Nesta segunda-feira (7), a pesquisa Datafolha apontou que a maioria dos brasileiros é contra a anistia dos presos envolvidos nos ataques à sede dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. De acordo com o levantamento, 56% dos entrevistados são contrários à anistia enquanto 37% são favoráveis. A pesquisa realizou 3.054 entrevistas em 172 cidades brasileiras, dos dias 1º a 3 de abril. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

Todavia, assim como Hugo

Motta, a dosimetria das penas aplicadas também divide opiniões na população. Dos eleitores entrevistados, 36% gostariam de vê-las reduzidas 34% consideram adequadas e 25%, aumentadas.

Outro levantamento, dessa vez da Pesquisa Genial/Quaest divulgado neste domingo (6), avaliou que a maioria da população não concorda com a anistia. Dos 2.004 entrevistados, 56% avaliam que os envolvidos nas invasões de 8 janeiro deveriam continuar presos por mais tempo e cumprirem suas penas; 18% acreditam que os envolvidos deveriam ser soltos porque, na avaliação deles, nem deveriam ter sido presos; e 16% avaliam que eles deveriam ser soltos porque já estão presos por tempo demais.

Quanto ao possível envolvimento do ex-presidente Jair Bolsonaro, 49% dos entrevistados acreditam que ele participou do plano de tentativa de golpe de Estado; 35% acham que ele não está envolvido no plano; e 15% não souberam responder. A pesquisa da Quaest realizou a coleta de dados de 27 de março a 31 de março e tem margem de erro de 2 pontos percentuais.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Ato em São Paulo reuniu milhares de pessoas

Pesquisas sobre anistia abalam oposição

O fato de as pesquisas Datafolha e Quaest terem apontado o mesmo percentual de rejeição — 56% — a uma anistia a denunciados e condenados por tentativa de golpe de Estado foi recebido com entusiasmo por governistas e com preocupação pela oposição.

A rara coincidência de percentual esvazia o discurso bolsonarista de que a maioria da população

seria a favor da medida, que, segundo eles, contribuiria para pacificar o país. Para 59% dos entrevistados pelo Datafolha, as penas aplicadas são adequadas (34%) ou deveriam ser maiores (25%). Apesar da rejeição à tese, o PL vai insistir na coleta de assinaturas para forçar o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), a pautar a votação da proposta.

Um terço

A anistia, segundo o Datafolha, é apoiada por 37%; percentual que cai para 34% no levantamento feito pela Quaest. Ou seja, de acordo com os dois institutos, a medida é aprovada por pouco mais de um terço dos brasileiros, o que dificulta a tarefa dos bolsonaristas.

Centrão

Segundo um deputado do PL, há o temor de as pesquisas reforçarem o não comprometimento do Centrão com a anistia. Integrantes do grupo temiam a reação de seus eleitores caso votassem contra a medida. Na dúvida, acham melhor que o tema não vá ao plenário.

Valter Campanato/Agência Brasil



Manifestação por golpe diante do QG do Exército

Vendedores de pipoca e sorvete não ficarão presos

Citados por Bolsonaro no ato de domingo, o vendedor de sorvetes Otoniel Francisco da Cruz, de 45 anos, e o pipoqueiro Carlos Antonio Eifler, de 54, foram condenados a um ano de prisão, e não serão presos.

Ambos, detidos diante do Quartel-General do Exército em Brasília, foram denunciados por associação

criminosa e por incitarem as Forças Armadas a agir contra a democracia. Dos ministros, apenas os indicados por Bolsonaro — André Mendonça e Nunes Marques — votaram pela absolvição dos réus. Os condenados saíram de seus estados — Bahia e Rio Grande do Sul — para participar das manifestações em Brasília.

Calor

Líder do PL no Senado, Carlos Portinho diz que Hugo Motta vai ser muito pressionado para pautar a anistia. Sentirá o “mesmo calor” aplicado em Rodrigo Pacheco (PSD-MG), então presidente do Senado, para pautar o impeachment do ministro Alexandre de Moraes.

Senado

Para Portinho, caso venha a ser aprovado pelos deputados, o projeto de anistia será respaldado pelos senadores. Ressalta que a aceitação da proposta pela Câmara vai depender de um acordo com lideranças de muitos partidos. O impeachment de Moraes não foi votado.

Nanini

Marco Nanini entrou na campanha pela preservação do mandato do deputado Glauber Braga (Psol-RJ). Ameaçado de cassação, foi um dos quatro parlamentares do partido convidados para assistirem a uma sessão da peça “Traidor” em Brasília — o ator está no elenco.

Decoro

Encerrada a peça, Nanini elogiou Braga e pronunciou a frase “Glauber fica”, mote da campanha que tenta preservar o mandato do parlamentar. Ele é acusado de quebra de decoro por ter expulsado da Câmara, aos pontapés, um militante que costumava provocá-lo no Rio.

Defesa da implementação do voto distrital para deputados

Por Karoline Cavalcante

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), defendeu nesta segunda-feira (7) a implementação do voto distrital misto nas eleições para deputados federais, estaduais, distritais e vereadores. Segundo Motta, essa mudança garantiria mais representatividade e representaria uma evolução do sistema eleitoral brasileiro. O presidente anunciou que, até a próxima semana, haverá uma reunião com os presidentes dos partidos políticos para discutir o tema. A declaração foi feita durante seminário da Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

“Diante de um cenário que se precisa tanto do Congresso, quanto mais tivermos uma representação política de forma mais bem distribuída, de forma mais bem colocada. E isso aí ninguém está tirando o direito da população escolher, pelo contrário, nós estamos dando a condição da população escolher melhor. Eu penso que o país ganha para as tomadas de decisões futuras”, afirmou.

Motta explicou que a implementação do voto distrital misto será uma das prioridades de sua gestão. A intenção é criar uma comissão especial para analisar o projeto de lei (PL 9212/17),



Cesar Brunelli/ACSP

Motta disse que mudança é prioridade de sua gestão

de autoria do ex-senador José Serra (PSDB-SP). O projeto já foi aprovado no Senado e está parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara desde dezembro de 2022. É possível que outras propostas sobre o tema ou relacionadas sejam anexadas ao PL, permitindo uma discussão mais ampla sobre a reforma eleitoral.

“Os maiores partidos parecem estar predispostos a avançar nessa discussão. Queremos priorizar esse assunto para que, nos próximos dias, a Câmara possa debater

de forma mais prática essa iniciativa”, explicou Hugo Motta.

Obstáculos

O presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) e da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp), Alfredo Cotait Neto, pressionou para que o projeto fosse votado até setembro deste ano, com o objetivo de garantir sua implementação nas eleições de 2026. No entanto, Motta ponderou

que é fundamental abrir o debate para que “as dúvidas e receios possam ser esclarecidos”, já que a proposta pode enfrentar dificuldades no parlamento.

“Reforma política e eleitoral no Brasil é sempre um pouco complexa porque o deputado sempre quer a mudança para o melhor regime para se reeleger. Cada um faz a sua análise individual, por mais que tenha orientação partidária. É a sobrevivência política”, afirmou.

Voto distrital

Atualmente, o Brasil adota um sistema proporcional nas eleições para as câmaras de vereadores municipais, as assembleias legislativas estaduais, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e a Câmara dos Deputados. Nesse modelo, o número de votos válidos apurados é dividido pelo número de vagas disponíveis no parlamento, e esse resultado determina a quantidade de votos que cada partido ou coligação precisa obter para conquistar uma vaga.

Com a proposta de voto distrital misto, cada eleitor passaria a ter dois votos: um para escolher um candidato que o representará em seu distrito (sistema distrital) e outro para votar em um partido de sua preferência (sistema proporcional). Esse sistema busca equilibrar a representatividade local.